

# Macau, Anos de Guerra Uma Breve Síntese

FERNANDO FAVA\*

RESUMO: Desde o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa até ao fim da Segunda Guerra Mundial (1937–1945), Macau manteve-se neutral. Essa neutralidade não impediu que algumas das terríveis decorrências dessas guerras se fizessem sentir profundamente em todo o Território. De toda uma série longa de efeitos, destacam-se como mais dramáticos as imigrações em massa de refugiados de guerra e os esforços feitos para alimentar e abrigar um tão grande e repentino surto de pessoas.

Na imensa luta travada para alcançar tais objectivos toda a *Cidade do Santo Nome de Deus* se empenhou, desde o Governo até ao anónimo cidadão, passando por instituições, agentes económicos e personalidades com fortuna e poder. Tudo isso num contexto de grande adversidade, posto que a colónia portuguesa permaneceu a maior parte do tempo cercada por forças japonesas. Com paciência, com habilidade, com diplomacia e com capacidades inventivas para engendrar meios de pagamento lá se foram vencendo dificuldades e ultrapassando obstáculos.

Os resultados dessa luta, tendo em conta as muito difíceis condições em que a mesma se desenhou, não podem deixar de a consagrar como um registo épico, primeiramente da História de Macau e em segundo lugar da História de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Macau; II Guerra Sino-Japonesa; II Guerra Mundial; Neutralidade; Refugiados; Alimentos; Abrigos; Economia.

## Introdução

Na Europa, a *Segunda Guerra Mundial* é tema sobejamente tratado por historiadores, sendo também matéria estudada nas escolas e nas universidades. Porém, os estudos realizados até hoje referem-se quase sempre ao contexto europeu dos acontecimentos.

Mais raros são os trabalhos e as investigações acerca desta temática, quando se situa a mesma no teatro de guerra asiático. E este vazio atinge especialmente a chamada *Segunda Guerra Sino-Japonesa* (1937–1945), enquadrada na *Segunda Guerra Mundial*.

O facto levou a que na Euronews o tópico aparecesse com a designação *A guerra sino-japonesa, a guerra esquecida da II Guerra Mundial*<sup>1</sup>. A crítica aqui implícita é perflhada pela professora de Estudos Asiáticos da Universidade Nova de Lisboa, Raquel Vaz Pinto, quando aborda a questão em recensão crítica ao livro de Rana Mitter, *China's War with Japan 1937–1945, the Struggle for Survival*, afirmando a propósito que a “Guerra Sino-Japonesa é uma das páginas menos conhecidas da História e também da Segunda

\* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em História Contemporânea de Portugal pela mesma Faculdade. É investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS-20) da Universidade de Coimbra, tendo como área preferencial de investigação a *Primeira República Portuguesa*. Tem, neste campo, diversas publicações — livros e artigos. É autor da *Imprensa da Universidade de Coimbra*.

*Graduated in History at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra, from where he also holds a Master's degree in Contemporary Portuguese History. He is a researcher at CEIS-20 (Centre for Interdisciplinary Study of the 20th century) at the University of Coimbra. His area of expertise is the First Portuguese Republic. He has published a number of books and articles on that subject, and is an author in the Coimbra University Press.*



O porto de Xangai, vendo-se ao fundo o Hotel Cathay, sobre o qual caíram as primeiras bombas japonesas. In *Ilustração — Grande Revista Portuguesa* n.º 284 de 16/10/1937, p. 9. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao/1937/N284/N284\\_master/N284.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ilustracao/1937/N284/N284_master/N284.pdf)

Guerra Mundial<sup>2</sup>. Nesta linha de pensamento, são ainda pertinentes os comentários do jornalista e investigador João Guedes, nomeadamente ao afirmar que o assunto “apesar de passado e distante parece ainda ser para Portugal um segredo de Estado, ou um capítulo menor de que a Nação se pode orgulhar pouco (...) É necessário quebrar essa sombra da História<sup>3</sup>”.

Mau grado a desatenção ou a intenção, factos inquestionáveis são os profundos impactos — humanos, sociais, económicos — que esta guerra teve na então colónia portuguesa de Macau, deixando aí pesadas marcas que, entretanto, o tempo foi apagando ou diluindo. É verdade que existem, quanto a esta questão, algumas obras de inegável interesse historiográfico, destacando-se neste capítulo as que foram produzidas e/ou coordenadas por João Botas e por Geoffrey Gunn. Todavia, a necessidade de uma mais disseminada divulgação dos acontecimentos aconselhará, decerto, a publicação de pequenos artigos que possam chegar mais rapidamente a possíveis consumidores dos mesmos, despertando neles, eventualmente, o desejo de compulsarem obras de maior fôlego.

É sobretudo por este conjunto de razões que surge o presente escrito, justo com a pretensão de pequeno contributo no sentido de avivar uma memória que possa traduzir a evocação desse tão momentoso quanto trágico episódio de um passado histórico recente da *Cidade do Santo Nome de Deus*.

Face aos condicionalismos a que este trabalho está naturalmente sujeito, o mesmo terá de, necessariamente, circunscrever-se a aspectos parcelares, porém relevantes, do universo de efeitos que a ocupação japonesa do sul da China despoletou e causou na então colónia portuguesa da foz do Rio das Pérolas. Nesse definido rumo, tornou-se obrigatório fazer opções, passo esse que não foi difícil porquanto, sem desvalorizar outros conspectos possíveis, há dois temas que, no contexto do referido universo de efeitos, se nos avultam como de maior valor para o sentido historiográfico que se pretende dar a este trabalho: primeiramente a questão dos refugiados de guerra e em segundo lugar a aceitação e tratamento que estes tiveram no Território.

Postos, pois, o objectivo e os limites destas breves linhas, resta dizer que haverá sempre a possibilidade, por parte dos leitores, de aprofundar as temáticas que se enunciam, compulsando a bibliografia que se indica, sendo que esta, não é, obviamente, exaustiva.

### O Avanço Nipónico

Desde meados do ano de 1937 (data em que o Japão iniciou a invasão da China, dando início à *Segunda Guerra Sino-Japonesa*, a pequena terra de Macau começou a ver e a sentir, mais de perto, a ameaça do imperialismo japonês e a ter quanto a isso naturais e justificadas preocupações. O Japão, país asiático militarista e expansionista, perpassado ainda pela ideologia da chamada *Era Meiji*<sup>4</sup>, iria, em 1940, constituir-se membro do *Eixo*<sup>5</sup>, juntando-se à Itália fascista e à Alemanha nazi. A afirmada e propalada intenção do país do sol nascente era a de construir uma nova ordem subordinada ao lema *A Ásia Para os Asiáticos*. Uma máxima que justificava, ou pretendia justificar, a invasão da China, apontando para uma eventual expulsão das potências europeias instaladas no imenso país.

Lisboa, perante o conflito mundial que opunha os *Aliados*<sup>6</sup> ao *Eixo*, viria a fazer declaração de neutralidade em Setembro de 1939, justamente quando a Polónia estava a ser invadida pela Alemanha

## ESTUDOS DE MACAU

Hitleriana. A 9 de Outubro desse ano, Oliveira Salazar, em sessão da Assembleia Nacional comunicava que “a Alemanha tinha feito saber que estava na disposição de respeitar a integridade de Portugal e das suas possessões ultramarinas em caso de neutralidade.”<sup>77</sup> Uma análise, mesmo superficial, da realidade que era o Portugal de então conduz à conclusão de que não restava ao governo português, e ao país, opção que não fosse a da assunção da neutralidade e a consequente gestão desse *status* por via diplomática, da melhor forma possível. Previa-se então e constata-se hoje que uma tal gestão seria sempre eivada de ambiguidades, quer por força de eventuais obrigações do país para com a velha aliada Inglaterra, quer, em sentido contrário, pelas simpatias, nunca escondidas por parte de Salazar, pelos regimes fascista e nazista das potências do Eixo. Mas era também verdade inofismável que, face à pouca ou nenhuma capacidade militar de Portugal, a sua beligerância nunca viria a ser solicitada por qualquer das partes em conflito e isso foi o que, de facto, aconteceu.

De notar, no entanto, que este conjunto de condicionamentos possibilitou uma neutralidade que, nos termos em que foi acordada, se estendeu também às possessões portuguesas espalhadas pelo mundo. Em consequência, sendo Macau um espaço neutro não poderia, à luz do direito internacional, ser ocupado. De resto, para a estratégia de guerra nipónica não deixava de ser útil aquele estatuto de neutralidade, quer como possível solução para o problema dos expatriados de guerra, quer como eventual corredor de passagem ou via de aquisição de bens entendidos como necessários à manutenção e conforto dos seus efectivos militares, quer ainda como intensivo centro de espionagem e de contra-espionagem, podendo tal servir os interesses japoneses em termos de recolha de informações. E, em boa verdade, para todos estes e outros fins, Tóquio passou a dispor do rincão luso, controlando a acção governativa portuguesa e, por vezes, determinando-a. Para melhor lograr os seus intentos, aqui instalou um consulado cujo primeiro responsável era, por extensão e por imposição, conselheiro especial do

Governador de Macau. De um ponto de vista prático, tudo configurava o exercício de uma actuação de protectorado, alicerçada, naturalmente, no seu poder bélico, mas em manifesta contravenção às leis internacionais.

A singular condição da colónia portuguesa ser a única nesga de terra neutral no meio de milhares de quilómetros perpassados pelos horrores duma guerra de agressão e ocupação empreendida pelo militarismo nipónico condicionou, decisivamente, a vida daquele recanto do mundo e das suas gentes. Junto das instâncias governativas e consulares portuguesas havia a percepção de que dias muito difíceis se avizinhavam para Macau, mormente após a queda de Hong Kong, percepção esta retratada em telegrama de 8 de Dezembro de 1941, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e em que o embaixador de Portugal em Londres, Armindo Monteiro, diz o seguinte:

*Inicialmente a posição de Macau vai ser muito difícil, por não estar coberta por nenhum plano defensivo e os Ingleses não terem interesse imediato na sua defesa.*<sup>8</sup>

Na conjuntura que se oferecia, a linha mestra da política de Salazar era a de, a todo o custo, preservar nesta e em outras colónias a soberania portuguesa, desiderato que em Macau somente foi conseguido por exercício de uma cuidadosa governação de equilíbrio por parte dos poderes locais, equilíbrio esse por vezes perigosamente delicado<sup>9</sup>. Sendo certo que não se viu tremular em Santa Sancha qualquer bandeira estrangeira, o Território não escapou, todavia, a agruras profundas, causadas por efeitos directos do maior conflito armado da história da humanidade, conflito que nesta parte do mundo se revestiu de cambiantes próprios e distintos. Desde logo a circunstância de, pelo menos inicialmente, o Japão ser a única potência industrial, económica e militar a actuar neste teatro de guerra. As suas poderosas marinha de guerra e aviação militar, a par de um exército extremamente organizado e disciplinado, conferiam-lhe uma incontestável supremacia, permitindo-lhe alcançar,

pelo poder das armas, todos os seus objectivos, não obstante a resistência oposta pelas forças nacionalistas e comunistas da China, agora unidas pela necessidade de fazer frente a um inimigo comum. Nesta ordem de coisas, após o início da invasão do Norte da China em 1937, o Japão, em arrancada imparável para sul, assenhoreou-se de todos os lugares que considerou estratégicos, principalmente os principais portos de mar, até se deter diante das emblemáticas *Portas do Cerco*, para além das quais ficava terra neutral, sob administração portuguesa.

### Macau — Porto de Abrigo

Pensando no imenso país que é a China, não custa vislumbrar quão grandes terão sido as ondas de refugiados gerados pela ofensiva japonesa. E refugiar-se onde? Decididamente em Macau, onde não havia guerra.

O êxodo tornou-se visível logo a meio do ano de 1937 com a saída de habitantes portugueses de Xangai, numa tentativa de escaparem a zonas que, se adivinhava, iriam ser marcadas por combates entre o invasor e as forças de defesa chinesas. Para acolher estes compatriotas, foi constituída em Macau a *Comissão de Acolhimento aos Refugiados Portugueses de Xangai*. A partir de Abril de 1938 foi a vez de cerca de um milhar de chineses atravessarem as *Portas do Cerco*, vindos de Cantão após a cidade ter sido fustigada por sucessivos ataques aéreos da aviação japonesa, sendo que a grande maioria destes expatriados foi alojada na ilha de Coloane. Os afluxos de gente continuaram, com pontos altos nos finais do ano de 1938. Por esta altura, a questão dos refugiados era já uma “dor de cabeça” para as autoridades de Macau. Com o decorrer

Todos os censos em Macau<sup>10</sup>

Ordem	Ano	População total	Chineses	Portugueses	Outros estrangeiros
1	1866	56.252			
2	1871	77.000			
3	1878	68.086			
4	1896	78.627			
5	1910	74.866	71.021	3.601	244
6	1920	83.984	79.807	3.816	361
7	1927	157.175	152.738	3.846	591
<b>8</b>	<b>1939</b>	<b>245.194</b>	<b>239.803</b>	<b>4.624</b>	<b>767</b>
9	1950	187.772	183.105	4.066	601
10	1960	169.299	160.764	7.974	561
11	1970	248.636	240.008	7.467	1.161
12	1981	241.729 **295.300	177.691	49.007	15.031
13	1991	355.693	240.496 **335.693	101.245 **11.965	13.952 **8.035
14*	2001	435.235	414.200	8.793	12.242

DSEC de Macau: *O 13.º Censo e o 3.º Recenseamento de Habitações (Nota Concisa II)*, Julho de 1992, pág. 13

\*DSEC do Governo da RAEM: *Censo de 2001* (2002)

\*\*Número finalmente revisto pela DSEC

## ESTUDOS DE MACAU

do tempo, a situação agravou-se sobremaneira, sendo que entre Março e Agosto de 1940, um número superior a cinco mil pessoas chegou Macau, vindo da China. Depois, em meados de 1941, novos fluxos de portugueses vindos de Hong Kong, alarmados com os sinais claros de uma invasão daquela colónia britânica, por parte dos japoneses. Uma invasão pré-anunciada e que acabaria por ter início a 8 de Dezembro desse ano, dando então origem a migrações em massa para Macau — portugueses, ingleses e gentes de outras nacionalidades ali estabelecidas — migrações que se prolongaram pelo ano de 1942.

A ausência de censos oficiais entre 1939 e 1950 não permite uma informação precisa acerca da quantidade total de pessoas que procuraram abrigo em Macau. No mapa que transcrevemos, constata-se que em 1939 residia no Território um total de 245.194 almas, número que já incluía as migrações ocorridas desde 1937.



Famílias fugindo aos horrores da guerra. In *Ilustração Portuguesa* n.º 973, 2.ª série, 6 de Setembro de 1937, pp. 4-5. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1937/SETEMBRO/N973/N973\\_item1/P6.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1937/SETEMBRO/N973/N973_item1/P6.html)

Tendo em conta a informação do Professor Lou Shengua<sup>11</sup> de que a população de Macau era, em 1936, de 120 mil pessoas, verifica-se assim que durante os anos de 1937, 1938 e 1939 essa mesma população aumentou em cerca de 125 mil refugiados (245.194–120.000). Do mesmo autor e na mesma obra chega-nos a informação de que o número de residentes seria, em 1940, de 374.737<sup>12</sup>. Com base nestes números pode afirmar-se que de 1936 a 1940 o número de residentes mais que triplicou. Decerto que, até aos finais da guerra, a população de Macau continuou a aumentar, sendo que a esse respeito alguns autores apontam para um pico de meio milhão de pessoas<sup>13</sup>, havendo ainda outros que remetem para cálculos muito superiores. No seu estudo sobre Macau (Tese de Mestrado), Melania Dawn Cannon, citando Joachim Groder e o Pe. Manuel Teixeira, afirma que a população da pequena colónia portuguesa terá chegado, em 1942, a mais de um milhão de pessoas<sup>14</sup>. Seja como for, não ficam dúvidas de que esta fracção de soberania portuguesa no Extremo Oriente se achou na contingência prolongada e consentida de abrir portas a uma torrente contínua de multidões de proveniências diversas, fugidas aos horrores da guerra.

Chegados aqui, a pergunta que se coloca é como foi viável alojar e alimentar uma massa populacional que, ao longo dos anos de guerra, foi constantemente aumentando, por vezes em “avalanche”. Tudo isso em três pedaços de terra (península de Macau e ilhas de Taipa e Coloane) cuja área conjunta não iria, à data, muito para além de uns meros 15 quilómetros quadrados. Colocados perante esta “missão impossível”, os poderes instituídos em Macau não a enjeitaram e, sem olhar a raças e credos, assumiram a ousadia e a coragem de não recusar abrigo a um só dos muitos, pobres e ricos, que procuraram o espaço sob sua jurisdição.

Para os ricos e remediados, a forçada estadia em Macau não terá decorrido de forma muito penosa, posto que dispondo de dinheiro a satisfação de necessidades básicas — comida, alojamento, vestuário, calçado — ficou sempre assegurada e até

mesmo necessidades de outro nível não deixaram de ser contempladas, designadamente danças, festas, cinema, teatro, música, desporto. A este respeito note-se ainda que entre os muitos que se exilaram na colónia portuguesa sempre houve quem, com novas ideias e capacidade de iniciativa, contribuísse para um apreciável enriquecimento destas e de outras actividades, mormente a partir de 1942 com as populações vindas de Hong Kong. Leonel Barros, português nascido em Macau e que ali testemunhou os acontecimentos, diz-nos que os anos de guerra foram “um período de enriquecimento cultural”.<sup>15</sup>

Para os pobres, porém, a permanência na colónia portuguesa foi, na generalidade, uma provação difícil e cheia de espinhos — fomes, epidemias, mortandade, assassinatos, abandono de crianças. Tudo isso aconteceu, não obstante as muitas providências tomadas pelo governo de Macau e os auxílios prestados por instituições religiosas e cívicas que se desdobraram em cuidados no sentido de acolherem e alimentarem pessoas, prestarem cuidados médicos e propiciarem educação infantil. Por seu lado, a própria sociedade macaense organizou-se e empenhou-se em espectáculos, rifas, peditórios, venda de flores, dessa forma procurando reunir fundos para acudir aos mais necessitados. Coube à Santa Casa da Misericórdia de Macau o importante e meritório papel de coordenar todas estas ajudas.

As diferenças entre pobres e ricos espelharam-se também, caso inevitável, nos alojamentos que a uns e a outros foram destinados: se quem pôde pagar teve acomodações relativamente condignas em hotéis, casas de amigos, clubes, teatros; já quem de seu nada tinha (a grande maioria) foi conduzido para as instalações do Canídro, para o efeito adaptadas, e para albergar em Coloane e na Ilha Verde.

### O Problema Alimentar

No que respeita a mantimentos necessários para prover a sobrevivência das muitas centenas de milhares de seres humanos que passaram a residir no território, a grande pergunta é a de saber como foi possível obtê-los em tão larga escala e no decorrer de um contexto social tão problemático. Questão tão mais importante

quanto se sabe que Macau, em toda a sua extensão, não era (nunca foi) um lugar de desenvolvidos recursos agrícolas. Por outro lado, não podia a colónia lusa esperar que da metrópole viesse um natural e desejável auxílio, não só porque se encontrar sob bloqueio japonês, mas igualmente porque em Portugal eram sentidas grandes dificuldades quanto à obtenção de víveres e combustíveis, por efeito da guerra travada na Europa.

Macau só poderia, pois, contar consigo próprio, com a sua tradicional resiliência e com a sua proverbial e histórica capacidade para encontrar soluções para os problemas mais intrincados. A primeira providência tomada pelo Governo foi a de promover a repartição regrada das provisões existentes e a adquirir; em artigo publicado na Revista de Macau — edição de Junho de 1985 — os jornalistas Pedro Dá Mesquita e Luís Sá falam em um cate<sup>17</sup> de arroz, cinco taéis<sup>18</sup> de açúcar e azeite, dois taéis de carne de vaca e um pão por dia para cada adulto, sendo que às crianças poderia, eventualmente, ser atribuída metade desta ração<sup>19</sup>. Complementarmente foi aprovada e publicada legislação contra açambarcamentos e/ou ocultação de géneros alimentícios e foi empreendida a criação de armazéns e bancos de arroz e a distribuição de senhas de racionamento.

Depressa, porém, se tornou evidente a necessidade de obter, de forma continuada, fornecimentos externos do cereal que em regiões asiáticas constituía o mais importante elemento da dieta alimentar, o arroz. Uma das fontes tradicionais de abastecimento de arroz a Macau era a vizinha zona de Shekki, situada no Delta do Rio das Pérolas, um pouco mais a oeste de Macau. A ocupação japonesa, interrompendo a produção e as redes de distribuição, trouxe uma drástica redução deste comércio. Como nos diz António de Andrade e Silva:

*[...] os japoneses revistavam toda a navegação, sem escaparem as embarcações de pesca e pequenas sampanas de carga, roubando as mercadorias transportadas e objectos de bordo, quando não apreendiam injustificadamente os próprios barcos.*<sup>20</sup>

## ESTUDOS DE MACAU

Houve, pois, que encontrar fontes alternativas de fornecimento do precioso cereal. Este existia em abundância mil quilómetros a sul, na região que, ao tempo, se chamava Indochina e que compreendia países como o Vietname, o Camboja e o Laos. A Indochina era então pertença colonial da França de Vichy, querendo esta designação identificar uma governação ideologicamente pró-nazi e subordinada aos interesses alemães, ou, no mínimo, subserviente para com estes. O regime de Vichy exercia autoridade sobre o património colonial francês, estendendo-se a sua influência na zona até à ilha chinesa de Hainão e costa sul da China, especialmente junto ao enclave de Guangzhouwan, pequeno território cedido aos franceses sob a forma de contrato de aluguer nos termos do *Tratado Franco-Chinês* de Novembro de 1899. Guangzhouwan era uma base naval e simultaneamente um entreposto comercial que escoava para o interior da China produtos vindos da França e da Indochina Francesa, entre os quais o arroz.

Todos estes territórios viriam a ser ocupados pelo Japão a partir de 1943, em face do que na aquisição de arroz e de outras provisões foram então colocados redobrados cuidados, com recurso à acção de agentes intermediários, tudo no seio de uma estratégia ao abrigo da qual as normas impostas pelo ocupante parecessem estar a ser cumpridas. É que, em boa verdade, Macau encontrava-se sob uma espécie de embargo económico por parte dos japoneses, embargo que visava sobretudo o impedimento da circulação de quaisquer bens para o interior da China, para, dessa forma, causar a asfixia da resistência chinesa à ocupação<sup>21</sup>.

Foram estes obstáculos, a par de outros, que a governação da colónia teve de enfrentar numa posição de parte mais fraca, porém fê-lo de uma forma diplomática, nem sempre cedendo às exigências nipónicas, mas com um extremo cuidado no sentido de não oferecer pretextos que pudessem gerar diferendos irresolúveis. Este aspecto encontra-se bem retratado na correspondência oficial havida entre o Consulado Japonês e o Governador da Colónia, vendo-se aí quão

numerosas e detalhadas eram as imposições japonesas. Um rol extenso onde avultavam informações sobre barcos registados no porto de Macau e sobre embarcações suspeitas de contrabando sitas em águas territoriais; proibição de navegação durante a noite e de tráfego marítimo entre Macau e Saigão e entre Macau e Hong Kong; e proibição de abastecimentos militares e de quaisquer artigos para espaço chinês sob o Governo de Chungking<sup>22</sup>.

Em toda esta teia complexa de interesses e de poderes, a postura irrecusável para o Governo de Macau era a de prover, tanto quanto possível, ou mesmo para além do aparentemente possível, a subsistência de todos os que em terra macaense viviam. A procura ávida e incessante dos meios necessários à prossecução desse desígnio aguçava o apetite dos especuladores, fazendo subir em flecha os preços dos produtos alimentares. Diz-nos Leonel Barros que “a importação de arroz, de forma lícita ou ilícita era um negócio lucrativo” ao qual se entregaram muitos comerciantes<sup>23</sup>. Porém não só comerciantes, mas outrossim contrabandistas, agentes de mercado negro, *gangs* organizados e guerrilheiros chineses nacionalistas, todos empenhados no proveitoso tráfico de géneros alimentícios e outros, com acrescida importância para o arroz em primeiro lugar, mas igualmente para o açúcar, para leguminosas secas e para os combustíveis.

Para, alegadamente, morigerar esta mercancia, mas, na verdade, para a deter e controlar, os japoneses forçaram a criação da chamada *Companhia Cooperativa de Macau (CCM)*, espécie de consórcio entre o governo de Macau, o exército japonês e entidades privadas. Um terço pertencia ao Governo, outro terço aos nipónicos e o restante terço estava distribuído por pessoas particulares de elevado poder económico, designadamente alguns magnatas de Hong Kong que, antes da tomada da colónia inglesa por tropas nipónicas, haviam logrado a transferência dos seus bens e das suas actividades para Macau. A CCM era um organismo gerido oficialmente por Pedro José Lobo, como representante dos poderes instituídos,

mas quem na realidade exercia um efectivo domínio eram os japoneses, nomeadamente através da pessoa do coronel Sawa, comandante da *Kempetai*<sup>24</sup>.

No circuito do negócio amplo e partilhado dos bens alimentares e artigos essenciais, o grande comprador era, de facto, a *Cidade do Santo Nome de Deus*, sendo regra para o respectivo Governo não negociar directamente com traficantes ou com os japoneses, mas servir-se sempre de intermediários. Nesse campo da intermediação actuaram diversas personagens, algumas das quais se tornaram verdadeiras notabilidades, designadamente o já citado Pedro José Lobo, um timorense radicado em Macau, personalidade multifacetada de empresário, funcionário público, homem de cultura, hábil diplomata e profundo conhecedor da mentalidade oriental. Este vulto, à frente da Repartição Central dos Serviços Económicos, durante os anos de guerra, desempenhou um papel essencial, operando como mediador entre a governação e a rede extensa dos que se moviam e operavam no tráfico de víveres e de produtos energéticos. Nesse contexto, superou com tacto diplomático (leia-se suborno), os diferendos que entretanto iam surgindo, mormente com forças japonesas, e assim, conciliando o inconciliável, contribuiu decisivamente para a obtenção do indispensável cereal que era então o arroz<sup>25</sup>. Pelos valiosíssimos serviços prestados, a cidade concedeu a Pedro Lobo, em 1946, a subida distinção de cidadão honorário de Macau.

Entre os magnatas da CCM, achava-se Sir Robert Ho Tung, figura influente de empresário e filantropo que mantinha relações privilegiadas junto da alta hierarquia militar japonesa. Por sua mão foi colocado nos quadros dirigentes da novel empresa o seu sobrinho-neto, o então jovem Stanley Ho, o qual rapidamente ascendeu a posição elevada quer no mundo dos negócios quer no seio do organismo, guindando-se a uma posição de mediador privilegiado entre o Governo do Território e os próceres japoneses. Nessa qualidade e na busca incessante do arroz e outros comestíveis e produtos, desempenhou, a par de

Pedro Lobo, papel importante. Concomitantemente, desenvolveu aí os seus primeiros negócios, decerto com subido êxito, posto que, de acordo com suas próprias palavras, em Macau, durante a guerra, era possível ganhar milhões em uma semana<sup>26</sup>.

Um outro contributo, também ele de grande valia para a minoração do problema da escassez alimentar da colónia portuguesa nesses tempos de guerra, foi prestado pelo Banco Nacional Ultramarino, através da pessoa do seu gerente local, Carlos Eugénio de Vasconcelos. Operando no seio de uma conjuntura económica e financeira assaz confusa e intrincada, sobretudo após a queda de Hong Kong, com diversas moedas e meios de pagamento em circulação, bem assim como ouro e prata, Vasconcelos teve a capacidade de fazer uma leitura clarividente da situação. Nesse universo deveras emaranhado de alta especulação e de acirrados jogos de interesses e conveniências, as decisões que tomou, nunca isentas de um calculado risco, conduziram a assinaláveis êxitos comerciais, com acrescidos proveitos para a instituição que directamente servia e, simultaneamente, com reais benefícios para os interesses de Macau e de Portugal. Na qualidade de presidente da Comissão Reguladora das Importações (CRI) — funções que também assumiu — secundou os esforços do Governo da Colónia e à sua intervenção neste campo se ficaram a dever contributos

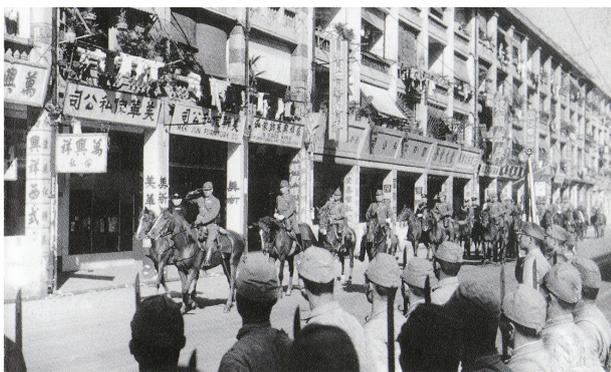


O Canidromo de Macau, adaptado a abrigo de refugiados de guerra. In Blog Macau Antigo. Disponível em <http://macauantigo.blogspot.com/search/label/guerra%20sino-japonesa>

## ESTUDOS DE MACAU

historicamente decisivos para o sucesso da aquisição de arroz no âmbito do plano de apoio a refugiados. Por outro lado, enquanto gerente bancário, proporcionou à instituição que servia (BNU) alargados lucros e proveitos, não somente assentes no binómio *preço de custo — preço de venda*, mas igualmente em rendosas diferenças cambiais, tudo mercê de uma hábil gestão dos seus recursos monetários, dos seus conhecimentos, do seu instinto comercial. Só em uma destas operações, feita no Verão de 1942, o BNU arrecadou um lucro de 144.000 patacas, soma esta que foi distribuída por várias instituições de beneficência de Macau<sup>27</sup>.

Como atrás ficou dito, em torno do rentável tráfico do arroz gravitavam diversos interesses e empenhos, alguns advindos do submundo do crime, aí se situando e se digladiando, entre si, várias seitas, umas alinhadas com os japoneses, outras com a resistência chinesa, outras ainda sem tomarem partido. Mas neste contexto de guerra e de violência, onde todos os meios eram bons para se atingirem os fins, o próprio conceito de submundo ficava relativizado ao ponto de alguns líderes das seitas chinesas manterem, pontualmente, uma colaboração informal ou circunstancial com os poderes instituídos. Foi esse o caso de Siu Keng Siu, o celeberrimo “Imortal”<sup>28</sup>, líder de uma seita de quase três mil homens e o mais hábil e eficiente contrabandista, aquele que, com a aquiescência não oficial do Governo da Colónia, ali fazia chegar nos seus



Tomada de Hong Kong pelos Japoneses. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Hong\\_Kong](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Hong_Kong)

barcos todas as necessárias mercadorias, mormente o arroz. Operando na rota da Indochina, conseguia, com regular frequência, não só iludir o controlo imposto pelos japoneses, como ainda colocar o arroz a preços mais baixos que os indicados pelas tabelas oficiais, designadamente as da CCM. Ainda que essencialmente motivado pelo lucro, este homem não deixou, com os seus meios, com os seus saberes, com as suas ligações, de contribuir para a atenuação do problema alimentar de Macau nesses duros anos de guerra e de fome.

Através da CCM foram feitas verdadeiras fortunas em muito pouco tempo, dada a alta especulação colocada nos negócios proporcionados pela escassez de alimentos, de combustíveis e de outros bens. Ao Governo, cuja indeclinável missão era a de obter comida para o permanente afluxo de gente que procurava a colónia, poucas ou nenhuma opções restavam para além de transigir com uma tal situação, tendo, por outro lado, de alienar bens públicos de Macau, designadamente navios, dragas, canhões antigos, telefones e outro equipamento de comunicações, como moeda de troca para junto dos japoneses adquirir os produtos necessários. É exemplo disto a cedência aos japoneses de peças de artilharia costeira, sitas na colina da Guia, em troca do ambicionado arroz. Esta transacção, autorizada por Lisboa, ocorreu após a queda de Hong Kong e, se bem que penalizante por alienar património histórico macaense, contribuiu para minorar a animosidade, sempre iminente, dos japoneses, posto que a partir de então e até ao final da guerra tornou-se um pouco menos complicada a aquisição de arroz<sup>29</sup>.

### Economia e Finanças

Num exercício de análise de toda esta complexa conjuntura, coloca-se, implicitamente, uma interrogação, a qual é a de saber como foi possível à pequena colónia portuguesa reunir os cabedais necessários para custear as incomensuráveis despesas exigidas pela assumida política de protecção aos refugiados. Começamos por notar que dos milhares de pessoas que procuraram abrigo em

Macau, algumas eram possuidoras de largas fortunas e num natural gesto de agradecimento à terra que os acolheu, para além de actos de natureza filantrópica, aí investiram muitas das suas posses. De acordo com o professor Lou Shengua o fenómeno foi francamente visível no sector hoteleiro, sendo que o número de hotéis era já em 1939 o dobro dos existentes dois anos antes<sup>30</sup>. Concomitantemente, o movimento do jogo legal — casinos — registou expressivo aumento, bem assim como o consumo de ópio e a sua exportação para Hong Kong e para o interior da China. Para esta conjuntura de relativa prosperidade financeira também contribuíram, a partir de 1942, remessas de dinheiro vindas de Londres para o consulado inglês em Macau, dinheiro que se destinava ao sustento e amparo dos súbditos britânicos ali refugiados e que, naturalmente, era gasto localmente. À parte tudo isso, uma política monetária adequada empreendida um pouco antes do início da guerra levou à acumulação de prata e de divisas, facto este que veio a permitir a emissão local de notas (certificados de pagamento), em 1944, obviando-se assim aos inconvenientes das remessas de papel-moeda emitidas na metrópole não chegarem a Macau por força do bloqueio japonês. Antes desta emissão local de moeda, existia uma circulação fiduciária algo anárquica, espelhada em moedas diversas e fervilhavam os pagamentos em ouro e em prata, em grande parte porque muitas famílias que chegavam ao território tinham de se desfazer de objectos pessoais para proverem o seu sustento e abrigo.

Sob o impulso deste estado de coisas a economia de Macau floresceu, gerando-se uma multiplicidade de rendimentos — mais-valias, lucros, usuras, proveitos diversos... — e a consequente arrecadação de taxas, licenças e impostos, tudo em dimensão nunca anteriormente vista. Apesar do isolamento causado pelo anel de fogo japonês, a economia de guerra beneficiou francamente de aportes de vária ordem trazidos pelos refugiados. Assim e paradoxalmente, a solução para o efeito residiu na própria causa, querendo isto dizer que foi da própria colmeia humana exilada em Macau que saiu o remédio para a sua so-

breviência e se viabilizou uma situação financeira relativamente desafogada, que assim permaneceu até ao final da guerra, em 1945, com receitas sempre acima das previsões. Uma prosperidade assente no consumo de determinados bens ou serviços e de alguma pouca exportação permitida pelo controlo japonês ou apesar deste. O facto não pode deixar de ser considerado um caso bem singular de sucesso para uma economia tão localizada quanto o era, à data dos acontecimentos, a economia de Macau.

### Conclusão

Pretendeu-se, nas páginas anteriores, fazer uma exposição sucinta de alguns particulares aspectos das vicissitudes do quotidiano de Macau durante os chamados anos de guerra. Um tempo em que o Território, não obstante o seu estatuto de neutralidade, ficou cercado e condicionado pelo poderio nipónico; um tempo de audácias e de prudências, de misérias e de grandezas. Macau não era então um palco de guerra, mas justamente por o não ser tornou-se um imenso palco de refugiados de guerra. Faça-se, porém, justiça à Cidade do Santo Nome que, honrando as suas tradições e a sua história, não fechou portas a ninguém e conseqüentemente tentou, por todos os meios, dar abrigo e comida aos milhares de seres humanos que a procuraram. Não se pode afirmar que o tenha conseguido por inteiro, dado que houve muitas mortes por inanição e por doenças, mas o simples facto de não recusar o enorme desafio que lhe foi colocado confere-lhe uma aura de inquestionável nobreza. Para além disso, tendo em conta as circunstâncias em que os acontecimentos se produziram, um qualquer balanço feito ou a fazer, quanto aos sucessos e aos insucessos obtidos, somente pode consagrar como altamente positivas e mais do que isso, admiráveis todas as acções e todas as obras levadas a efeito pelos poderes oficiais e oficiosos da Cidade, pelas suas instituições e pelos seus próprios cidadãos. Uma realidade que a poesia traduz melhor que as simples palavras e no caso, a poesia de Adé:

ESTUDOS DE MACAU

*Foste sempre um porto amigo,  
Dentro do teu mundo uma epopeia.  
Dos fugidos do ódio foste abrigo,  
Aos famintos levaste malga cheia.*

*Manancial de humano acolhimento,  
Ofertaste aos incultos instrução,  
Aos desafortunados deste alento,  
Para todos abrindo o coração.*

*Enquanto terras e lares ardiam,  
Destroçados por guerras inclementes,  
Teus filhos pressurosos acolhiam  
No seio do teu lar seres inocentes.*

*Com os pobres e estranhos partilhaste  
Tigelas de arroz, xícaras de chá,  
Os bens espirituais que ganhaste  
E o precioso farnel do teu maná.*<sup>31</sup> **RC**

NOTAS

- 1 “A guerra sino-japonesa, a guerra esquecida da II Guerra Mundial”. In *Euronews - Últimas Notícias* [Em Linha] 03/09/2015. [Consult. 22/03/2019]. Disponível em <https://pt.euronews.com/2015/09/03/a-guerra-sino-japonesa-a-guerra-esquecida-da-ii-guerra-mundial>
- 2 Raquel Vaz Pinto, “A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China”. In *Relações Internacionais* [Em Linha] n.º 48, Dezembro de 2015, p. 172. [Consult. 22/03/2019]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n48/n48a12.pdf>
- 3 João Guedes no Prefácio do livro de João F. O. Botas, *Macau 1937 – 1945, Os Anos de Guerra*. Macau: Instituto Internacional de Macau, s.d. ISBN: 978-972-95722-6-5, p. 23.
- 4 Na sequência da queda do último xogunato Japonês em 1867, sobe ao poder o imperador Meiji. Têm então lugar profundas mudanças sociais e económicas, sendo que uma rápida industrialização levou o Japão à abertura ao mundo capitalista e à necessidade de mercados e busca de matérias-primas. Neste sentido, o caminho escolhido foi o da forte militarização e da conquista — imperialismo japonês.
- 5 Termo utilizado para nominar uma aliança tripartida em que os países integrantes se comprometeram a uma ajuda mútua total por um período de dez anos. O Eixo foi assinado em Berlim no dia 27 de Setembro de 1940 por representantes da Alemanha, da Itália e do Japão. Antes, em 1937, havia sido já assinado um pacto entre a Alemanha e a Itália, chamado então de Eixo Berlim-Roma, sendo esta a origem do termo. Com a entrada do Japão o Eixo passou a ser Berlim-Roma-Tóquio.
- 6 Designação adoptada para designar genericamente todos os países que se opunham ao Eixo.
- 7 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 47 de 09/10/1939, p. 452.
- 8 *Dez Anos de Política Externa (1936–1947) A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1964–1986, vol. VI, p. 201.
- 9 A política portuguesa, em consonância com as orientações providas de Lisboa, balanceou-se entre um comportamento neutral e a acomodação, tanto quanto possível, das imposições japonesas, facto este que não deixou de despertar suspeitas junto dos Aliados. Cf. Bernardo Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar (1932–1949)*, versão e-book, p. 261.
- 10 *Introdução – Statistical Information System of Macao* [Em Linha] [Consult. 24/11/2018]. Disponível em <http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/stat/immigrant/intro.htm>
- 11 Shenghua Lou, “Desenvolvimento e Mudança na Sociedade de Macau na Primeira Metade do Século XX”. In *Administração — Revista de Administração Pública de Macau* [Em Linha] n.º 108, vol. XXVIII, 2015-2.º, p. 583 [Consult. 24/11/2018]. Disponível em [https://www.safp.gov.mo/safpt58c/download/WCM\\_046647](https://www.safp.gov.mo/safpt58c/download/WCM_046647)
- 12 *Idem, Ibidem*, p. 583.
- 13 Cf. João F. O. Botas, *Ob. Cit.*, p.p. 25 e 110. Cf. também Leonel Barros, *Memórias do Oriente em Guerra — Macau*. 1.ª Edição. Macau: Associação Promotora dos Macaenses (APIM), 2006. ISBN 99937-778-7-0, p. 17.
- 14 Melania Dawn Cannon, *EXPERIENCE, MEMORY AND THE CONSTRUCTION OF THE PAST; REMEMBERING MACAU 1941–1945*. [Em Linha] Vancouver : University of British Columbia, 2001, p. 7. [Consult. 06/12/2018]. Disponível em <https://open.library.ubc.ca/media/download/pdf/831/1.0090082/3>
- 15 Leonel Barros, *Ob. Cit.*, p. 6.
- 16 Cf. João F. O. Botas, *Ob. Cit.*, p. 110 e ss.
- 17 Medida de peso usada na Malásia e na China, inclusive em Macau. Varia entre 604 e 625 gramas.

- 18 Unidade de peso, com diferentes valores nas regiões do Sul da China. Em Macau aproxima-se de 30 gramas.
- 19 Luís Sá; Pedro Dá Mesquita, “40 ANOS DEPOIS (em 1985) — A II GUERRA MUNDIAL EM MACAU”. In *Crónicas Macaenses — A 2.ª Guerra Mundial em Macau: Tempos Díficeis. Blog-foto-magazine de Rogério P. D. Luz*. [Em Linha] [Consult. 12/11/2018]. Disponível em <https://cronicasmacaenses.com/2014/07/24/a-2a-guerra-mundial-em-macau-tempos-dificeis/>
- 20 António de Andrade e Silva, *Eu Estive Em Macau Durante A Guerra*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991, ISBN 972-35-0117-1, p. 119.
- 21 Cf. Geoffrey C. Gunn [et al.], *Wartime Macau — Under the Japanese Shadow*. Hong Kong: Editado por Geoffrey C. Gunn. Hong Kong University Press, 2016, ISBN 978-988-8390-51-9, versão e-book, p. 82. Chungking foi capital provisória da China a partir de 1938, após a queda de Nanquim.
- 22 Cf. Guoping Jin; Zhiliang Wu, “Teria Havido Acordos Secretos Entre Portugal e o Japão Durante a Segunda Guerra Mundial?”. In *Administração — Revista de Administração Pública de Macau* [Em Linha] n.º 51, vol. XIV, 2001-1.º, p. 258 e ss. [Consult. 07/11/2018]. Disponível em [https://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM\\_004283](https://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004283)
- 23 Leonel Barros, *Ob. Cit.*, p. 109.
- 24 Polícia Militar Japonesa, com funções análogas às da Gestapo alemã.
- 25 Cf. João F. O. Botas, *Ob. Cit.*, p.p. 20–21.
- 26 \_\_\_\_\_, “Living on the Edge: Economic Management Over Military Defences”. In Gunn, Geoffrey C. [et al.], *Wartime Macau — Under the Japanese Shadow...* p.p. 64–65.
- 27 \_\_\_\_\_, *Ob. Cit.*, p. 111.
- 28 Cf. João Guedes, *As Setas: Histórias do Crime e da Política em Macau*. 2.ª edição. S. L.: Livros do Oriente, 1999, ISBN 972-9418-85-3, p. 151 e ss.
- 29 *Idem, Ibidem*, p. 72.
- 30 Shenghua Lou, *Ob. Cit.*, p. 585.
- 31 José dos Santos Ferreira (Adé), *Macau, Jardim Abençoado*. Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 119.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

*Diário das Sessões da Assembleia Nacional.*

*Ilustração Portuguesa.*

### Livros

- Barros, Leonel. *Memórias do Oriente em Guerra*. 1.ª Edição. Macau: Associação Promotora dos Macaenses (APIM), 2006. ISBN 99937-778-7-0.
- Botas, João F. O. *Macau 1937 – 1945, Os Anos de Guerra*. Macau: Instituto Internacional de Macau, s.d. ISBN: 978-972-95722-6-5.
- Dez Anos de Política Externa (1936-1947) A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.
- Ferreira, José dos Santos (Adé). *Macau, Jardim Abençoado*. Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988.
- Guedes, João. *As Setas: Histórias do Crime e da Política em Macau*. 2.ª Edição. S. L.: Livros do Oriente, 1999, ISBN 972-9418-85-3.
- \_\_\_\_\_. *Macau Confidencial*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2015. ISBN 978-989-99457-2-2.
- Gunn, Geoffrey C. [et al.]. *Wartime Macau — Under the Japanese Shadow*. Hong Kong: Editado por Geoffrey C. Gunn Hong Kong University Press, 2016, ISBN 978-988-8390-51-9.

Pereira, Bernardo Futscher. *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2013. ISBN 9789722051811.

Sá, Luís Andrade de. *Marcas da Presença Portuguesa em Macau*. 1.ª Edição. Macau: Livros do Oriente, 1999. ISBN 9729418764.

Silva, António de Andrade e. *Eu Estive Em Macau Durante A Guerra*. Macau: Instituto Cultural de Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1991. ISBN 972-35-0117-1.

### Textos Digitais

- Cannon, Melania Dawn. *EXPERIENCE, MEMORY AND THE CONSTRUCTION OF THE PAST; REMEMBERING MACAU 1941–1945*. [Em Linha] Vancouver: University of British Columbia, 2001. [Consult. 06/12/2018]. Disponível em <https://open.library.ubc.ca/media/download/pdf/831/1.0090082/3>
- “A guerra sino-japonesa, a guerra esquecida da II Guerra Mundial”. In *Euronews - Últimas Notícias* [Em Linha] 03/09/2015. [Consult. 22/03/2019]. Disponível em <https://pt.euronews.com/2015/09/03/a-guerra-sino-japonesa-a-guerra-esquecida-da-ii-guerra-mundial>
- Introdução — Statistical Information System of Macao* [Em Linha] [Consult. 24/11/2018]. Disponível em <http://www.ias.gov.mo/wp-content/themes/ias/pt/stat/immigrant/intro.htm>

ESTUDOS DE MACAU

Jin, Guoping; Wu, Zhiliang. “Teria Havidado Acordos Secretos Entre Portugal e o Japão Durante a Segunda Guerra Mundial?”. In *Administração — Revista de Administração Pública de Macau* [Em Linha] n.º 51, vol. XIV, 2001-1.º [Consult. 07/11/2018]. Disponível em [https://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM\\_004283](https://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004283)

Pinto, Raquel Vaz. “A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China”. In *Relações Internacionais* [Em Linha] n.º 48, Dezembro de 2015, [Consult. 22/03/2019]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n48/n48a12.pdf>

Sá, Luís; Mesquita, Pedro Dá. “40 ANOS DEPOIS (em1985) – A II GUERRA MUNDIAL EM MACAU”. In *Crónicas Macaenses — A 2.ª Guerra Mundial em Macau: Tempos Difíceis. Blog-foto-magazine de Rogério P. D. Luz.* [Em Linha] [Consult. 12/11/2018]. Disponível em <https://cronicasmacaenses.com/2014/07/24/a-2a-guerra-mundial-em-macau-tempos-dificeis/>

Lou, Shenghua. “Desenvolvimento e Mudança na Sociedade de Macau na Primeira Metade do Século XX”. In *Administração — Revista de Administração Pública de Macau* [Em Linha] n.º 108, vol. XXVIII, 2015-2.º [Consult. 24/11/2018]. Disponível em [https://www.safp.gov.mo/safpt58c/download/WCM\\_046647](https://www.safp.gov.mo/safpt58c/download/WCM_046647)

